



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

André da Silva Monteiro

Inserção Profissional dos Técnicos em Gestão em Saúde

Rio de Janeiro

2020

André da Silva Monteiro

Inserção Profissional dos Técnicos em Gestão em Saúde

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): André Elias Fidelis Feitosa

Rio de Janeiro

2020

RESUMO

Tomando por base o contexto político, econômico e social contemporâneo e o crescimento da oferta de formação técnica no Brasil, esta pesquisa tem o propósito de contribuir para a discussão sobre as possibilidades de inserção profissional dos alunos formados nas escolas técnicas do setor público saúde. Este setor tem sido reconhecido como uma das principais políticas públicas do Brasil no processo de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que responde pelo atendimento de aproximadamente 150 milhões de pessoas anualmente e dispõe de uma grande e diversificada rede de prestação de serviço. A pesquisa tem o propósito de oferecer aos estudantes que cursam a habilitação em Gerência em Saúde, um caminho que justifique todo processo de aprendizagem, identificando o SUS como importante espaço para o desenvolvimento de conhecimento e para inserção de distintos perfis profissionais. A pesquisa visa também preservar o interesse dos alunos no curso de Gerência, apontando o potencial de contribuição desse conhecimento para o aperfeiçoamento da política de humanização da saúde.

Palavras-chave: gestão em saúde, educação profissional, inserção profissional, SUS.

Sumário

1. Introdução	7
2. Objetivos	8
3. Método de Pesquisa	9
4. Referencial Teórico	10
5. Instituições de formação em Gerência em Saúde no Brasil	12
6. A matriz curricular	16
7. Demandas do campo Profissional	19
10. Cronograma	Erro! Indicador não definido.
11. Referências Bibliográficas	23

1. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos do mundo. Seu desempenho e capacidade produtiva demonstram o potencial de atendimento das demandas públicas e sua produtividade revela também as possibilidades de oferta de trabalho. De acordo com o Relatório de Gestão elaborado no ano de 2018, o SUS dispõe de 42.975 equipes de saúde da família, 262.325 agentes comunitários de saúde em atuação, 152 equipes de consultório na rua em 105 municípios, 34.774 equipes de atenção básica, 25.090 equipes com saúde bucal, cobrindo 64,19% do atendimento de toda população brasileira (MS, 2018).

No setor saúde, são reconhecidas 21 profissões e ocupações regulamentadas, sendo 14 de nível superior (assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionista, odontólogos, psicólogos e terapeutas) e sete de nível técnico (técnico em enfermagem, auxiliar de enfermagem, técnico em radiologia, técnicos em análises clínicas, técnicos em prótese dentária, técnicos em saúde bucal e auxiliar de saúde bucal), além de outras ocupações que ainda demandam regulamentação (IMS, 2017).

A carência da organização de determinados grupos profissionais dificulta a regulamentação de todas as ocupações no setor saúde, que é um aspecto essencial para a melhoria de qualidade na assistência e das atividades de gestão.

Uma das medidas para organizar formação e grupos profissionais que correspondem as necessidades do país, tem sido a educação profissional, pensada e implementada como uma ação estratégica que deve se ocupar da integração dos diferentes saberes. A partir da premissa da integração profissional, é possível considerar uma efetiva contribuição dos técnicos em gerência em saúde para o SUS.

Nos anos 2000 a questão da formação gerencial entra como pauta na Política Nacional de Recursos Humanos discutida da XI Conferência Nacional de Recursos Humanos para o SUS, e em 2016 foi editada o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gerência de Saúde para os Institutos Federais e que se torna base para organização da matriz curricular.

O curso se insere no eixo Ambiente e Saúde e tem como orientação o desenvolvimento de competências para que os formandos sejam capazes de reconhecer: *“organização e funcionamento do sistema de saúde vigente no país, compreender uma série de políticas públicas*

de saúde no contexto trabalho de forma a subsidiar as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado de saúde, conhecer legislações e normas técnicas da sua área de atuação, participando de planejamentos, controles e avaliações de políticas públicas de saúde, gerenciando serviços da unidade e seus processos” (IFEMG, 2016).

Esses conhecimentos devem ser conectados ao planejamento da força de trabalho por meio de estratégias para que esses saberes se transformem em práticas efetivas voltadas ao compromisso com a alta qualidade e resultados efetivos dos serviços ofertados à população.

Para contribuir com o desenvolvimento do campo da gestão e preservar o interesse nesta habilitação, que vem se destacando como elemento que precisa de melhorias de investimento e de mais profissionais qualificados para contribuir com a política de saúde pública, esta pesquisa tem a finalidade de apontar caminhos para facilitar o acesso sobre oportunidades profissionais para os alunos formados e aqueles que estão cursando Gerência em Saúde tem, do como questão norteadora: *onde estão as possibilidades de empregabilidade dos técnicos em gerência formados para atuar no sistema de saúde?*

Para responder essa questão serão identificadas as instituições de formação em gerência em saúde, de nível técnico e consideradas o quantitativo de alunos formados, comparado o número de ofertas de vagas de empregos na rede pública de saúde do Brasil entre os anos de 2016 e 2019.

Além desse aspecto, serão descritos os conhecimentos exigidos para atuação nos serviços de saúde, visando contribuir para alternativas de inserção dos profissionais formados na área.

2. Objetivos

Geral:

- Apresentar o perfil de formação em Gerência em Saúde e identificar as oportunidades de inserção profissional para estes técnicos no setor saúde.

Específicos:

- Identificar características da formação profissional.
- Identificar o campo profissional dos técnicos em gerência no setor da saúde.
- Propor alternativas para inserção desses profissionais.

3. Método de Pesquisa

A pesquisa é qualitativa e quanti-qualitativa e baseia-se em levantamento documental sobre as instituições de formação e as ofertas de trabalho.

Foi selecionado o período de 2010 à 2019, para o levantamento das instituições de formação, e o ano de 2019 para identificação de ofertas de vaga na área de gestão em saúde.

Para identificar as instituições de formação, foi consultado o Sistema de Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) e complementarmente a base de dados Nilo Peçanha. As bases foram consultadas no mês de abril de 2020.

Para seleção dos dados acerca do curso de Gerência em Saúde foi inserido filtro nos cursos do eixo Ambiente e Saúde para recuperar somente os cursos técnicos de gerência em saúde. Em seguida foram identificados o número de matriculados e o número de concluintes para os anos 2018 e 2019. Não foram encontrados dados sobre os anos 2015 à 2017.

A base SISTEC se mostrou mais ampla e os dados foram levantados por região, assim como foram pesquisadas a rede de ensino que integra a formação técnica para o SUS – RetSus.

Após essa primeira etapas foram analisadas as disciplinas ofertadas por cursos públicos e por cursos privados presenciais e/ou distância.

No que se refere às disciplinas foi feito a análise do plano pedagógico de curso federal que é a referência para as matrizes curriculares das instituições públicas (Brasil, 2016).

Em relação ao curso privado não foi encontrado o projeto político pedagógico, sendo selecionadas as disciplinas que compõe o curso.

Foram analisados o objetivo geral do curso, os resultados esperados e as disciplinas separadamente.

Essa análise geral viabilizou a compreensão dos objetivos curriculares específicos e a diferença da formação oferecida pelos cursos. Permitiu ainda comparar as mesmas, com as exigências identificadas nos editais de concurso público e nas ofertas de vagas do setor privado requeridas na área de atividades administrativas de serviços de saúde, atendendo assim ao segundo objetivo.

4. Referencial Teórico

Para compreensão sobre a formação técnica em gerência em saúde, é de suma importância entender seu papel determinante nos objetivos organizacionais. Para além das funções administrativas, a gerência dos serviços de saúde requer um conhecimento integral, no qual o saber técnico irá interagir com outros conhecimentos da prática e com habilidades diversas, de forma a se comprometer com o serviço, desconstruindo a ideia de individualismo em prol da equipe e do bom funcionamento da unidade (Junqueira, 1990).

Junqueira (1990) ressalta que nos serviços de saúde é fundamental desenvolver o pensamento sistêmico para superar fatores que dificultam o desenvolvimento da área e causa baixo desempenho. O autor destaca que a existência de recursos – humanos e materiais, por si só, não garante a qualidade dos serviços, sendo fundamental a organização e o gerenciamento dos mesmos.

Em perspectiva histórica, a concepção de ensino voltada a formação de trabalhadores começou a ganhar atenção em meados dos anos 1990 quando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reconheceu a educação profissional, após passar por diversas variações como o assistencialismo, medida compensatorias no Governo Vargas, e por fim buscando associar a expansão de oferta de cursos profissionalizantes com as demandas sociais por emprego e geração de renda (ABOANAFINA *et al*, 2017).

No primeiro Governo Vargas, com a reforma do Ministério da Educação e Saúde, criou-se o ensino profissional extinguindo as escolas de aprendizes, chamados Liceus Profissionais que logo depois se tornariam Escolas Técnicas Nacionais na década de 1940, sendo decretada uma série de leis, chamadas de Reforma Capanema.

A reforma é considerada o embrião da estrutura da rede federal de educação, transformando liceus industriais em escolas industriais e técnicas, oferecendo formação profissional em nível equivalente ao secundário, correspondente ao ensino médio da época.

No contexto do sistema capitalista, as indústrias buscavam cursos profissionalizantes de curta duração, pressionando o Ministério do Trabalho, a fim de qualificar o mais rápido possível sua mão-de-obra, enquanto o Ministério da Educação e da Saúde, dentro das medidas capanemas propunham uma formação mais humanista semelhante à educação secundária.

A implementação do SUS teve um papel fundamental para inserir no contexto da política de saúde, a formação de recursos humanos para a área. Mesmo com divergências políticas, o art. 200 da Constituição Federal determinou que a formação profissional no setor da saúde ficaria sob a competência do SUS.

Em meio a XI Conferência Nacional de Saúde, surge a iniciativa de oferta de cursos em gestão em saúde:

[...] os Ministérios da Saúde e da Educação devem estimular a implementação de programas de especialização em saúde pública e em gerenciamento de serviços de saúde, desenvolvido pelas universidades em parceria com os governos estaduais e/ou municipais. (HORTALE, CUNHA, 2017 apud Brasil,1996, CECCIN; ARMANI; ROCHA, 2002, p.337).

Nesta perspectiva surge em 1997, o projeto Gerus – Desenvolvimento Gerencial de Unidades de Saúde do SUS, com um curso de especialização voltado a gerentes de unidades de saúde de nível superior. O objetivo era melhorar os serviços de saúde, dotando os profissionais de conhecimentos gerenciais.

Nos anos seguintes, dois outros cursos na área da gestão surgiram, visando a melhoria dos serviços ofertados pelo SUS no sentido da consolidação do processo de descentralização. O primeiro referia-se ao curso de atualização em gestão municipal na área da saúde, voltado a capacitação de gestores municipais em contexto com as mudanças políticas da época.

O segundo curso efetivado no ano de 2006 foi o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS (ProgeSUS) que visava a qualificação de profissionais da área da gestão do trabalho e da gestão de informação do SUS, buscando a implementação de modelos de gestão do trabalho comprometidos com as políticas de saúde (HORTALE e CUNHA, 2017).

Ainda como resultado da XI Conferência Nacional de Saúde, foram feitas algumas sugestões que faziam referência a Política Nacional de Recursos Humanos para o SUS no que diz respeito a formação de gestores:

- formar gerentes para o SUS com capacitação em administração pública, envolvendo gestores acessores e dirigentes do SUS;

- garantir a realização de programas de capacitação de gerentes para a gestão de recursos humanos e elaboração de projetos técnicos quanto ao sistema de informação e outros. (Brasil,1996 APUD ceccin; armani; rocha, 2002, p.337).

Com esta sugestão e a implementação do segundo curso na área de RH ganhou ênfase nas ações do Ministerio Publico (MP) surgindo outros dois cursos de especialização específicos e um mestrado com o objetivo de formar profissionais de alta qualificação e produtividade com uma visão crítica, capaz de analisar e refletir seu próprio processo de trabalho.

Boanafina (et al, 2017) destaca que a expansão da educação profissional ocorre após ser promulgado o Dec. Lei 5.154/2004. Os autores apontam que havia 2.334 instituições de que ofereciam cursos de educação profissional de nível médio e que em 2013 esse número passou para 5.261 estabelecimentos públicos e privados.

5. Instituições de formação em Gerência em Saúde no Brasil

Em um contexto de desigualdade socio-econômico, em que há baixa escolaridade da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade e acesso às escolas técnicas, contribui para a democratização da educação profissional e para a elevação dos níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Pela abrangência, o curso técnico de gerência em saúde forma uma base para a inserção do aluno em cursos de nível superior em distintas áreas como Administração, Contabilidade, Economia ou mesmo inserindo o aluno formado diretamente no campo profissional.

O levantamento feito por Hortale e Cunha (2017) indica uma significativa oferta de cursos desde a formação técnica até doutorados no campo da Gestão em saúde, com 639 cursos mapeados. De acordo com esse estudo, observa-se que a formação inicial de técnicos em gerência conta com 151 cursos, que depois se dispersam com um relevante desequilíbrio a favor da formação em gestão hospitalar. Na tabela apresentada pelas autoras, nota-se 168 cursos neste segmento, contra 1 curso de saúde coletiva, 2 de saúde ambiental e 3 de serviços de saúde. Portanto, podemos observar que os cursos voltados a área de saúde são minoria frente ao numero total, o que limita a formação e o acesso, uma vez que há poucos cursos consequentemente pouca informação sobre os mesmos.

Em nível de especialização a oferta de cursos é preponderante nas áreas de gestão em saúde, gestão hospitalar e administração hospitalar, concentrando 99,9% das oferta, sem nenhum

curso de especialização em gestão de saúde coletiva. Nos cursos de mestrado há desconcentração de área, sendo notado 2 cursos em Gestão de serviços de saúde, e 1 cada uma dessas especialidades: gestão clínica, gestão da qualidade em serviços de saúde, gestão de organização de saúde, gestão de programas e serviços de saúde, gestão de tecnologia e inovação em saúde, políticas e gestão em saúde, gestão em sistema de saúde e gestão e informática em saúde. No doutorado, o estudo apresentam somente um curso na área da gestão e informática em saúde. Esse levantamento revela a dificuldade de aperfeiçoamento da carreira dos gestores em saúde do setor público, porque o curso de graduação e de especialização priorizam a formação em gestão hospitalar que tem foco no sistema privado.

Especificamente em relação a formação profissionalizante Hortale e Cunha (2017) indicam que houve uma crescente oferta no curso de gerência em saúde a partir do ano de 2002. Foram identificados 45 cursos entre 2007 e 2011, 15 entre os anos de 2012 e 2015, e ainda um total de 91 cursos cujo ano de início não foi informado.

Enquanto as autoras apontam 151 cursos de gerência em saúde no Brasil, a base de dados públicos Nilo Peçanha – que reúne as estatísticas oficiais da rede federal de educação profissional, indica 4 cursos. As informações disponíveis na base, se referem aos anos de 2017 e 2018 e nela não foi identificada a menção a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

A outra base consultada, o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) - que tem o objetivo de registrar e divulgar os dados da educação profissional técnica de nível médio, se apresenta como uma plataforma completa com dados sobre diversas instituições que oferecem formação técnica no Brasil. No entanto, esta plataforma não disponibiliza filtros para busca de informações, fazendo com que a pesquisa demande muito tempo e esforço na recuperação de dados específicos. Foram selecionados os anos de 2010 à 2015 para a pesquisa.

De todo modo, foi possível observar uma vasta oferta de cursos técnicos pelo Brasil, por uma lógica de proporção, os estados com maior número de instituições apresentam maior número de oferta de cursos, enquanto no sentido de acessibilidade há uma oferta do curso de gerência em saúde em cada estado do Brasil, tendo a instituição que apresenta essa oferta de curso bem localizada de modo que facilite o acesso para pessoas que residem em regiões que não apresentam oferta do curso em questão.

É possível identificar no nordeste a maior oferta de cursos de gerência em saúde em instituições federais no Estado da Bahia, enquanto nos Estados do norte a quantidade de oferta variou conforme os anos de corte (2010 à 2015) entre 0 e 1 como o caso de Tocantins que ofereceu pelo menos 1 curso de gerência em saúde nos anos de 2012, 2013 e 2014 e deixou de ofertar em 2015. Já no nordeste o número de oferta aumenta expressivamente com o Estado da Bahia que veio ampliando o número de cursos desde o ano de 2010 e que no ano de 2015 representa o estado com maior número de cursos, sendo 16 ao todo, atrás somente do estado de São Paulo com 26 cursos no ano de 2015.

A plataforma SISTEC identifica instituições públicas e privadas e a oferta de curso de cada instituição, e é possível notar a maior presença do curso de gerência em saúde em instituições públicas da rede federal, enquanto que a maior parte das instituições privadas oferecem cursos de administração geral.

Além dessas fontes, importa para essa pesquisa, identificar entre a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), quais ofertam o curso de Gerência em Saúde.

As Escolas Técnicas e Centros Formadores da RET-SUS são instituições públicas que buscam atender as demandas locais de formação, prioritariamente dos trabalhadores de nível médio que já atuam nos serviços de saúde do SUS.

A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de oferta descentralizada das atividades formativas. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, adequam o currículo ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

Conforme a publicação do SGETES (2017), são 41 escolas técnicas, Centros Formadores de Recursos Humanos e Escolas de Saúde Pública do SUS, distribuídas em todos os estados do Brasil, conforme o mapa abaixo.



Fonte: Ministério da Saúde/SEGETES

Com base nos dados da Pesquisa Multicêntrica sobre a formação de trabalhadores técnicos em saúde do Brasil, é possível observar a desigualdade na distribuição da oferta do curso em gerência em saúde, que representa, em média, menos de 1,5% o número de cursos técnicos no campo da saúde ofertados no Brasil, entre os anos de 2010 e 2015, sugerindo a falta de visibilidade para a importância deste curso na área da saúde. Nesta mesma base, é possível observar que a maior parte dos cursos disponíveis está na iniciativa privada, com 61% da oferta encontrada.

Outro dado a ser evidenciado é o baixo índice de concluintes 492, frente ao número de matriculados 2719 dentre os anos de 2010 a 2015.

6. A matriz curricular

Com o passar do tempo as exigências curriculares vem sendo cada vez mais criteriosas a fim de responder as demandas de uma ciência integrada ao desenvolvimento social e tecnológico contemporâneo, que se baseia em novos parâmetros ambientais, demandas de responsabilidade social e de novas tecnologias. Nessa perspectiva, objetiva-se que os cursos de nível técnico e nível superior possibilitem uma formação ampla e desenvolva competências para o pensamento crítico.

Para além desses aspectos fundamentais, os cursos técnicos precisam apresentar matriz curricular coerente com os objetivos da formação e com o mercado de trabalho para o qual o curso se destina. Nesta pesquisa foram identificadas as disciplinas de cursos de oferta pública e privada, com a finalidade de observar semelhanças e distinções.

Apesar da existência de diversas ofertas de curso técnico em gerência em saúde foi escolhido objeto de comparação a oferta do curso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pela praticidade do acesso à informação sobre o projeto pedagógico do curso, assim como a oferta de curso pela instituição de ensino e pesquisa Albert Einstein.

Oferta Pública

O projeto político pedagógico do Instituto Federal de Minas Gerais para o curso técnico em gerência de saúde, tem como plano formar profissionais com amplo conhecimento na área, com competências gerais relacionadas ao eixo tecnológico ambiental e social. Os objetivos desse curso são:

- Formar técnicos em gerência em saúde que possam atender as demandas da área de saúde
- Conhecer a organização e o funcionamento do sistema de saúde vigente no país;
- Conhecer legislações e normas técnicas da sua área de atuação;
- Compreender as políticas públicas de saúde no contexto do trabalho, de forma que elas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado de saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS;
- Gerenciar serviços e unidades de saúde e de seus processos de trabalho;

- Participar do planejamento, controle e a valiação da implantação de políticas públicas de saúde;
- Possuir visão humanista crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional da natureza e sociedade;
- Realizar ações de prevenção de riscos sanitários, promoção, proteção e recuperação da saúde;
- Ter capacidade para gerenciar serviços e unidades de saúde e seus processos de trabalho;
- Buscar a prevenção da doença, a promoção e qualidade da saúde e preservar a integridade e a individualidade do ser humano, por meio da humanização da assistência e da valorização da autonomia das pessoas na recuperação da saúde;
- Acompanhar a execução de contratos e serviços de terceiros;
- Gerenciar serviços em unidades de saúde e seus processos de trabalho promovendo a integração das áreas meio e fim dos serviços de saúde;
- Ser capaz de trabalhar no planejamento e implantação de políticas de saúde;
- Agir com ética profissional, sustentabilidade, flexibilidade, responsabilidade social e domínio do saber-saber, saber-fazer, do saber ser e do saber conviver;
- Oferecer capacitação em gestão por meio de estratégias variadas: aplicação de estratégias em sistemas de informação, controles, planejamento estratégico, e organização de recursos humanos;

O intuito destes objetivos é promover um perfil profissional apto de exercer ou auxiliar funções administrativas específicas da área da gestão em saúde, aproveitando do conhecimento e experiências adquiridas pelo estudante durante a formação, integrando a capacidade e a autonomia do profissional em formação, para exercer funções atribuídas com eficiência, efetividade e eficácia. Como forma de alcançar estes objetivos, o plano pedagógico federal tem como disciplinas:

- Administração e planejamento em serviços de saúde
- Contabilidade em gerência em saúde
- Políticas em saúde pública

- Ética e responsabilidade social
- Matemática financeira
- Tecnologias de gestão em saúde
- Administração hospitalar
- Estatística
- Gestão de balanceamento e patrimônio
- Gestão de pessoal, gestão do trabalho e da educação na saúde
- Gestão financeira e orçamentária
- Fundamentos de vigilância sanitária
- Gestão de serviços de saúde
- Gerência de sistema de saúde
- Planejamento estratégico em saúde
- Programas de saúde

Oferta Privada

A proposta do curso técnico apresenta perfil geral de administração, não sendo uma formação específica para o setor da saúde. O curso ofertado pela rede privada de ensino Albert Einstein e tem ênfase nos serviços de saúde, de forma que o aluno deve sair apto a exercer funções de apoio administrativo. O objetivo do curso é:

- Dotar o aluno de uma visão sistêmica de empresa, utilizando tecnologia da informação com foco no mercado, criando um ambiente empresarial ideal para a motivação de pessoas.

No site não estava disponível o plano político pedagógico, mas foi possível identificar as disciplinas que são ofertadas:

- Biossegurança
- Psicologia organizacional
- Visão sistêmica da saúde
- Práticas hospitalares
- Administração em serviços da saúde
- Língua portuguesa

- Matemática e estatística
- Iniciação a metodologia de pesquisa
- Comunicação empresarial
- Ética e cidadania organizacional
- Gestão de qualidade
- Administração financeira e contabilidade
- Gestão de pessoas
- Informática aplicada
- Gestão de materiais
- Estágio curricular
- Técnicas de atendimento e relacionamento
- Fundamentos diagnósticos

Importante mencionar que as propostas pedagógicas se diferenciam. O curso da rede privada oferece uma base administrativa geral, adaptada à área da saúde. Por serem cursos técnicos ambas as propostas de formação apresentam um ponto em comum, que é o estágio, a oportunidade que o aluno tem de por em prática todo o conhecimento atribuído durante o curso, é um exercício de consolidação de aprendizagem, além de proporcionar ao estudante o primeiro contato com o trabalho específico da área.

7. Demandas do Campo Profissional

No capítulo final, serão identificadas as demandas profissionais do setor público e do setor privado, utilizando-se editais de concursos para vagas com o propósito de observar as exigências requeridas para ocupação dos postos de trabalho.

Outro ponto de interesse será observar as possibilidades de inserção profissional como apoio gerencial a partir da implementação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB, 2017), que embora apresente problemas e possibilidades de retrocessos, aponta para o reconhecimento da importância do gestor no ambiente do serviço de saúde.

Ao analisar diversas propostas de contratação de nível médio para assistente administrativo, foi observado um padrão nos editais de concursos onde constam os seguintes requisitos: noção de administração pública questões de inteligibilidade, questões de português, questões de logica-matemática e alguns concursos apresentaram questões sobre planilha no edital. Como o objetivo deste capítulo é fazer uma comparação entre duas ofertas de formação e apontar ofertas de emprego na área da administração em saúde pública, esta pesquisa utilizara as noções de administração pública como o principal objeto de comparação.

Dessarte é possível concluir que para atuar na área da gestão em saúde a oferta pública do ensino técnico federal é mais adequado para o trabalho no SUS, visto que o projeto político pedagógico do curso é focado especificamente para área em questão e aprofunda conceitos técnicos ao longo do curso, sendo assim o concluinte contará com uma formação densa e um currículo amplo. Já o curso privado de nível médio oferece uma formação geral da administração com apenas algumas matérias voltadas para a área da saúde. Utilizando as noções de administração pública como referência para a comparação dos cursos, é evidente que a oferta pública forma gestores mais capacitados, enquanto a oferta privada oferece uma formação mais breve o que facilita a qualificação em curto prazo e a inserção profissional para quem está se descobrindo no âmbito profissional.

A situação atual do mercado de trabalho dificulta a inserção profissional para todos, em processos de contratação o mercado pede diversas especificidades e oferece baixos salários, uma pesquisa feita por Maciel e Santos 2015 apud Medeiros e Rocha 2004, aponta a submissão dos trabalhadores a estas condições para conseguir seus empregos, enquanto continuam a procurar uma renda a mais para complementar o baixo salário ou uma qualificação para se manter no mercado de trabalho, os autores também evidenciam o sucateamento de unidades onde profissionais atuam em setores dos quais não são qualificados além da superocupação de funcionários com o tempo de serviço sendo completamente preenchido com tarefas consequência de poucas contratações que ocasionam a má distribuição de serviços por funcionário. Feito um breve levantamento sobre as oportunidades de trabalho foi observado que a maioria das oportunidades são temporárias devido a situação de pandemia atual, e que problemas como o baixo salário se agrava, as melhores opções se encontram em hospitais

universitários e grandes instituições como Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde). Um dos sintomas da crise do mercado de trabalho é a falta de concursos públicos para vagas efetivas, o que seria útil para a renovação de servidores públicos da área da saúde e favorável para a inserção de novos profissionais de diferentes níveis que almejam uma carreira na área, e o momento delicado que a saúde nacional se encontra. Estes concursos são fundamentais para a renovação da força de trabalho da instituição, abrindo oportunidades de carreira na área da saúde, foi observado também que a FeSaúde abriu um concurso público para nível médio e superior oferecendo um salário e benefícios para nível médio acima do padrão ofertado por outras instituições.

Outro ponto a ser observado é a diferença de modelo de contratação, o parâmetro de contratação de instituições pública eram os concursos públicos, onde apresentam um edital com certas especificidades, mas que com o tempo o número de concursos públicos definitivos foi se tornando escasso abrindo espaço para outro modelo de contratação, a terceirização. Com o tempo a terceirização foi se tornando tendência de tal forma que os profissionais terceirizados representam majoritariamente a força de trabalho em grandes instituições, a terceirização oferece o emprego em si, mas não de forma definitiva igual servidores públicos.

Discussão

Esta pesquisa apontou a dificuldade do reconhecimento da gestão na área da saúde por não ser uma área que esteja diretamente ligada ao tratamento de pacientes, mas que com o passar do tempo a discussão sobre este reconhecimento foi ganhando espaço na conferência Nacional da Saúde (CNS), até reconhecerem a importância desta área, o serviço de gestor era ocupada por profissionais da área de enfermagem, sendo um problema recorrente por motivos de regulamentação. Atualmente os cursos de gerência em saúde ainda são escassos em comparação às outras áreas e a oferta de empregos também. Com relação à inserção profissional e construção de uma carreira na área da saúde Maciel e Santos 2015 apud Medeiros e Rocha 2004, apontam a complexidade da elaboração e do desenvolvimento da carreira de profissionais da saúde, os critérios arbitrários para ascensão funcional; a área de atuação sistêmica e a ausência de Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), tornam desde a inserção profissional até a construção de carreira na área da gestão em saúde algo complexo.

Considerações finais

Considerando a dificuldade de encontrar informação sobre as escolas técnicas que oferecem o curso de gerência em saúde, essa pesquisa contou com diversos artigos a fim de estudar desde a formação até o campo profissional de nível médio da administração em saúde, mesmo sendo limitada ao nível médio, esta pesquisa apontou temas interessantes a serem estudados e desenvolvidos, como o reconhecimento da profissão de gestores de saúde e o plano de carreira dos mesmos. Essa limitação estratégica facilitou o aprofundamento na questão informática do artigo, como a melhor formação e meios para o primeiro contato com o campo profissional, por outro lado impossibilitou de certa forma mencionar questões que se apresentam no caminho da ascensão profissional do gestor da saúde.

Referências Bibliográficas

1. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde Resolução n. 287 de 09 de outubro de 1998. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1998/res0287_08_10_1998.html. Acesso em 29 de setembro de 2019
2. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. 2016. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/pronatec/cursos/cursos-tecnicos/projeto-pedagogico-de-curso-tecnico-em-gerencia-de-saude/view>. Acesso em 29 de setembro de 2019
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório de Gestão 2018. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_2018.pdf. Acesso em 28.Nove.2019.
4. BOANAFINA, Anderson; BOANAFINA, Lilian; WERMELINGER, Mônica. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM SAÚDE NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 73-93, Apr.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100073&lng=en&nrm=iso>. Acesso 29.11.2019
5. CUNHA, Maria Luiza Silva; HORTALE, Virginia Alonso. Características dos cursos voltados para a formação em gestão em saúde no Brasil. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 425-440, Abril. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000200425&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Setembro. 2019.
6. IMS. Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa sobre Regulação do Trabalho e Profissões em Saúde. Rio de Janeiro, 2017.
7. JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Gerência dos serviços de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 247-259, Setembro. 1990. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1990000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Setembro. 2019.
8. Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 17 de Abril. 2020.
9. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/consulta-publica-unidade-ensino-federal/>. Acesso em 27 de abril. 2020
10. VIEIRA, Swheelen de Paula et al . Planos de carreira, cargos e salários no âmbito do Sistema Único de Saúde: além dos limites e testando possibilidades. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 112, p. 110-121, mar. 2017 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000100110&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 nov. 2020.

11. MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira; SANTOS, João Bosco Feitosa dos; RODRIGUES, Rosana Lima. Condições de trabalho dos trabalhadores da saúde: um enfoque sobre os técnicos e auxiliares de nível médio. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 40, n. 131, p. 75-87, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572015000100075&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Nov. 2020.
12. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/formacao-tecnica/rede-de-escolas-tecnicas-do-sus-ret-sus/escolas-tecnicas-e-centros-formadores>. Acesso em 17 abril de 2018).
13. Pesquisa Multicêntrica sobre a formação de trabalhadores técnicos em saúde do Brasil. Dados Secundários: Educação Profissional - Cursos Técnicos - 2010 a 2015. Coordenação nacional: Adelyne Mendes. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar> . Acesso em 17 de abril. 2020.
14. Rede de estudos e pesquisas Albert Einstein. Escolas Técnicas. Cursos Técnicos. Disponível em: https://ensino.einstein.br/curso-tecnico-em-administracao-com-enfase-n_p0445/p. Acesso em 20 de abril. 2020.

]